



## Federação Portuguesa de Judo

Ata n.º 182

At  
duf

Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas (em segunda convocatória), reuniu, no Auditório do Comité Olímpico de Portugal, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Judo (FPJ), sob a presidência do Dr. Carlos Andrade, Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG).

A MAG foi constituída pelo supra referido Presidente, pelo Vice-presidente, Dr. Paulo Canto e Castro, e pelo Secretário, Dr. Filipe Carmo Ferreira.

A ordem de trabalhos da convocatória, enviada em catorze de abril, foi a seguinte:

- Ponto um: Retificação do texto do art.º 31º, n.º 1 dos Estatutos da FPJ na sequência da notificação do Ministério Público
- Ponto dois: Votação das alterações ao Regimento da Assembleia Geral
- Ponto três: Discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2015

O Presidente da MAG deu as boas-vindas aos delegados e cumprimentou os membros dos órgãos sociais da FPJ presentes, nomeadamente o Presidente da Direção, Eng.º Manuel Costa e Oliveira, o Tesoureiro, Dr. Miguel Medeiros, e o Secretário-geral, Sr. Luís Noronha, o Presidente Honorário da FPJ, Eng.º António Lopes Aleixo, o Presidente do Conselho de Justiça, Dr. António Martins Borrego, o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Eduardo Trigo de Morais e o Presidente do Conselho de Arbitragem, Dr. Nuno Martins de Carvalho.

A Direção solicitou à MAG que se observasse um minuto de silêncio pelo delegado da Associação Distrital de Judo de Setúbal António Fonseca Ribeiro.

O delegado Carlos Ramos lembrou o falecimento de dois ex-presidentes da FPJ desde a Assembleia Geral anterior e solicitou que a este minuto de silêncio fossem associados os seus nomes, nomeadamente, Ernesto Matos Soares e Daniel Batarda Ferrão.

Terminado o minuto de silêncio por estes três elementos da família do Judo nacional, o Presidente da MAG registou com agrado a presença do Presidente Honorário da FPJ e dos Presidentes dos Conselhos de Justiça, Fiscal e de Arbitragem na Assembleia Geral. Informou em seguida que a MAG recebeu algumas questões relativas aos registos na FPJ e a interpretações díspares, nomeadamente quanto ao registo de árbitros, e que são do conhecimento da Direção. Frisou então que os procedimentos de registo são uma competência da Direção e não da MAG, cuja competência se limita à análise do



CF  
Ker

## Federação Portuguesa de Judo

processo eleitoral, não havendo por isso uma posição formal da MAG neste momento. Considerou serem normais algumas falhas burocráticas em organizações da natureza da FPJ, apelando à geração de consensos, ao evitar de situações de incompreensão e à resolução de todas as situações mesmo que seja necessário alguma análise adicional de cada uma delas. A MAG manter-se-á como entidade de recurso, caso não se consiga chegar a soluções de entendimento entre os agentes do Judo e a Direção, salientando a importância da observância do princípio da participação.

O delegado Jorge Fernandes pediu para intervir para louvar o cuidado da FPJ no que respeita às chamadas de atenção às Associações e aos Clubes sobre a participação de atletas com inscrições irregulares nas provas zonais e para criticar a atitude diferente no que concerne aos árbitros, mesmo quando é a própria FPJ a convocar e a suportar os custos da arbitragem, retirando-os dos cadernos eleitorais. Na sua opinião não interessa neste momento o apuramento de responsabilidades, mas sim a resolução de todas as situações detetadas.

O delegado André Alves interveio para colocar como questão preliminar a sua própria situação: não estando integrado nos Cadernos Eleitorais por não ser considerada a sua revalidação em 2015, estará em causa a própria continuidade na Assembleia Geral, uma vez que estatutariamente não cumpre os requisitos para se manter na qualidade de delegado dos árbitros da zona sul. Instou por fim a MAG pronunciar-se sobre a legitimidade da sua participação como delegado na Assembleia Geral.

O delegado Rui Veloso informou encontrar-se exatamente na mesma situação do delegado André Alves.

O Presidente da MAG reforçou a necessidade de consensos e a importância da participação, considerando serem legítimas todas as situações reportadas. Informou ainda que o Vice-presidente da MAG terá de se ausentar da Assembleia Geral por motivos pessoais.

Relativamente ao Ponto um: Retificação do texto do art.º 31º, n.º 1 dos Estatutos da FPJ na sequência da notificação do Ministério Público, o Presidente da MAG deu a palavra ao Secretário-geral para contextualizar a situação. A Direção propõe a reversão da alteração efetuada na Assembleia Geral I de agosto de 2015, passando o n.º 1 do art.º 31º à redação anterior.



## Federação Portuguesa de Judo

O Presidente da MAG leu em seguida o texto da alteração proposta e abriu um breve período de discussão, dando a palavra ao delegado Fausto Martins de Carvalho.

O delegado Fausto Martins de Carvalho recordou a sua nomeação para a Comissão de Revisão dos Estatutos e o trabalho desenvolvido nessa Comissão, lembrando que o texto votado e aprovado pelos delegados na Assembleia Geral de 1 de novembro de 2014 foi exatamente o texto anterior e não aquele que o Ministério Público agora rejeita. A alteração do texto para a nova redação foi apenas efetuada em agosto do ano transato e a iniciativa de proceder a alterações a esse artigo não partiu dos delegados, pelo que entende ser necessária a salvaguarda dos delegados que votaram as alterações que o Ministério Público agora rejeita.

O delegado Carlos Ramos corroborou a posição do delegado Fausto Martins de Carvalho, afirmando ter sido uma questão levantada pelo Secretário-geral a despoletar esta alteração, quando questionou se os membros da Assembleia Geral sabiam o que era uma “maioria absoluta”. Enquadrou depois as posições dos vários intervenientes na sequência dessa questão e a versão final apresentada e votada.

O Presidente da MAG congratulou-se com a existência da gravação das Assembleias Gerais, facto que permite verificar situações dúbias, passando depois à votação da alteração ao n.º 1 do art.º 31. A alteração foi aprovada por unanimidade, passando o n.º 1 do art.º 31º a ter a seguinte redação:

“As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes sem prejuízo das exceções previstas na Lei ou nestes Estatutos, competindo ao Presidente da Mesa, no caso de empate, voto de qualidade do qual não poderá abster-se, sem prejuízo do disposto no número seguinte.”

Após a votação do ponto um da ordem de trabalhos, o Vice-presidente da MAG ausentou-se da Assembleia Geral.

O Presidente da MAG informou que dera entrada na mesa uma proposta formal para a retirada do ponto dois da ordem de trabalhos, com o argumento de que esta será a última Assembleia Geral Ordinária e que é um pouco insólito que haja agora uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Geral, quando não haverá mais assembleias gerais ordinárias no mandato desta Direção. Manifestou a sua não oposição à retirada deste ponto da ordem de trabalhos, caso seja essa a vontade expressa dos delegados,

*Handwritten initials and signature in the top right corner.*



## Federação Portuguesa de Judo

passando de imediato à votação. A proposta de retirada do ponto dois da ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da MAG passou ao ponto três da ordem de trabalhos: Discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2015, dando a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção fez uma breve apresentação do Relatório, salientando a continuidade programática do mandato levada a cabo, a apresentação de um saldo do exercício positivo, os resultados desportivos interessantes quer a nível olímpico como paralímpico, e o cumprimento das obrigações para com o Estado e para com os funcionários e colaboradores da FPJ.

Sobre as questões financeiras alertou para a dificuldade de a FPJ estar em dia com as suas obrigações, dada a disponibilidade dos recursos financeiros destinados à FPJ, exemplificando com as verbas recebidas do Comité Olímpico de Portugal (COP). Informou os delegados que, até ao presente dia, a FPJ apenas recebeu as tranches relativas a janeiro e fevereiro do COP e que no caso do financiamento do IPDJ não foi ainda recebido o mês de abril, o que representa uma verba de cerca de 160.000€, considerando ser esta uma fase muito importante do apuramento olímpico e de difícil gestão sem esta verba estar à disposição da FPJ até ao momento. Referiu-se em seguida às fontes alternativas de financiamento, cuja explicação dos processos em andamento deixou para o Tesoureiro fazer.

Sobre a área da Formação informou os delegados das ações destinadas aos professores de Educação Física, salientando que a FPJ já formou 150 professores de Educação Física em Judo e as expectativas da FPJ no âmbito do Judo escolar, bem como com os Estabelecimentos Privados de Ensino, estando a FPJ em conversações com estas entidades para crescimento do Judo.

Referiu-se ainda à nova sede e às condições precárias de trabalho na atual sede, informando que ainda no período da manhã havia abordado este assunto com o Ministro da Educação e o Secretário de Estado da Juventude e que a possibilidade mais equacionada são as antigas instalações da Junta de Freguesia da Lapa, desde que haja a assinatura de um contrato que permita uma mudança com as devidas garantias.

Relativamente às relações internacionais destacou as iniciativas com os países lusófonos, nomeadamente São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, relatando brevemente os contactos havidos.

Handwritten mark resembling the letter 'A'.

Handwritten signature or initials.



CFJ  
KCS

## Federação Portuguesa de Judo

A terminar relevou a realização do Campeonato da Europa de Judo para Cegos em Portugal, que constituiu um marco para a FPJ em 2015.

O Presidente da MAG deu a palavra ao Tesoureiro para uma explicação mais detalhada das Contas.

O Tesoureiro iniciou a sua intervenção, explanando os dados demográficos, passando depois à parte financeira propriamente dita e destacando desde logo o resultado positivo do exercício de 46.205,12€. Explicou que este valor decorreu da redução e contenção de custos na área desportiva e da estrutura, mas sobretudo do aumento de receitas do financiamento público e de patrocínios.

Na área da Formação, verificou-se um resultado líquido negativo na ordem dos 7.000€. Na vertente do Enquadramento Técnico registou-se um resultado líquido negativo na ordem dos 16.000€, que constitui um agravamento face ao resultado negativo de 5.000€ do ano anterior. No caso do Desenvolvimento Desportivo, a evolução foi positiva, passando de 120.000€ para 32.000€ negativos, havendo todavia um défice a registar.

Prosseguiu depois com os dados relativos ao Projeto Olímpico e às Seleções Nacionais, que passaram de um prejuízo de 27.000€ para um *superavit* de 22.800€. Considerou então que os fatores mais relevantes para o equilíbrio das Contas foram os eventos internacionais, com um resultado de cerca de 80.000€, o dobro do valor de 2014.

Referiu-se por fim aos patrocínios e destacou a importância do Campeonato da Europa para Cegos, que foi um sucesso organizativo e financeiro e teve um lucro de 50.800€.

Em termos de análise financeira, apresentou um resumo de um balancete e referiu-se aos pareceres do Revisor Oficial de Contas e do parecer do Conselho Fiscal.

Finalizou a sua intervenção a relevar o resultado positivo do exercício, o relatório do Revisor Oficial de Contas e o parecer do Conselho Fiscal, considerando não haver assim razões para a não aprovação do Relatório e Contas, e salientou que a FPJ não tem conseguido receber as verbas do IPDJ devido a este documento ainda não ter sido apresentado, o que tem motivado sérios constrangimentos à FPJ. Agradeceu ainda à Associação Distrital de Judo de Lisboa a disponibilização de uma verba avultada à FPJ, que contribuiu para que pudesse ter havido a participação no Campeonato da Europa de Seniores.

O Presidente da MAG deu então a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, que explicitou o parecer que este Conselho elaborou sobre as Contas apresentadas pela



of

## Federação Portuguesa de Judo

KUR

Direção, destacando a gestão disciplinada dos custos, a inversão das tendências dos anos recentes relativas ao financiamento do IPDJ e do COP e a organização do Campeonato IBSA, que permitiu um lucro de 62.000€. A organização do Campeonato IBSA gerou receitas de organização diretas de 180.000€ e obteve um financiamento institucional adicional de cerca de 70.000€.

Como aspeto menos positivo, o Conselho Fiscal entendeu salientar a área dos patrocínios, que parece ter sido negligenciada.

O delegado António Leal saudou os presentes e fez uma reflexão sobre o mandato da atual Direção, que considerou terminar na presente Assembleia Geral. Referiu-se com alguma tristeza aos rumores de faturas encontradas nas gavetas no início do mandato, às ameaças de processos aos dirigentes, aos défices registados ao longo dos exercícios, às ameaças de corte dos financiamentos se os orçamentos não fossem aprovados pelos delegados, à demissão de elementos da Direção, à ausência reiterada de elementos da Direção nas ações e nas assembleias gerais da FPJ, ao despedimento de elementos da equipa técnica e dos serviços administrativos da FPJ, à violação de regulamentos federativos, à retenção de pagamentos às Associações e à moção de censura ao Presidente da Direção.

Referindo-se em concreto ao Relatório e Contas e tendo por base a existência de um *superavit*, questionou a insistentemente propalada necessidade da aplicação de taxas. Considerou depois ser o Judo para Deficientes o fator único que ajuda à manutenção da Direção em funções, uma vez que foi exclusivamente o lucro gerado pela organização do Campeonato IBSA que permitiu o resultado líquido positivo, rejeitando ter havido um excelente controlo orçamental, havendo aumentos de custos em diversas rúbricas.

Tendo sido invocado o Presidente do Conselho Fiscal, o mesmo interveio para esclarecer alguns aspectos técnicos como a não classificação das amortizações como despesas.

O delegado Mário Coelho lamentou a ausência de respostas da MAG e da Direção aos ofícios que a Associação de Judo da Ilha Terceira remeteu em tempo oportuno, relativos à ausência de representatividade de Clubes da Associação de Judo da Ilha Terceira e à duplicação da representação de Clubes da Associação de Judo do Arquipélago dos Açores na Assembleia Geral, tendo o Presidente da MAG dado inteira razão a esse lamento.



Handwritten mark in blue ink, possibly initials or a signature.

## Federação Portuguesa de Judo

Handwritten mark in blue ink, possibly initials or a signature.

Mostrou-se agradado com os números referentes ao financiamento público e ao Campeonato IBSA e pediu esclarecimentos sobre números díspares relativos à participação nesse evento e sobre o ano em que se registaram as iniciativas relacionadas com o Judo em países lusófonos. Referiu-se ainda aos dados demográficos e ao retrocesso de vários anos que os mesmos representam.

O delegado Jorge Fernandes retomou a questão da existência de cinco atletas federados no clube FPJ e perguntou em que Associação é que estariam revalidados Clube e Atletas, uma vez que não é permitida estatutariamente a inscrição direta na FPJ. Levantou algumas questões sobre os relatórios dos Conselhos de Disciplina e de Arbitragem e pediu à MAG que fossem permitidos esclarecimentos adicionais aos Presidentes dos diferentes órgãos sociais da FPJ.

Relativamente à disponibilização da dotação mensal às Associações, solicitou que a FPJ realizasse a transferência de verbas relativas a março para as Associações, manifestando satisfação por o IPDJ já ter transferido as dotações de março e abril para a FPJ. Pediu explicações ao Tesoureiro sobre uma afirmação relativa falta de entrega de um mapa que impediria transferências de verbas do IPDJ para a FPJ. Lamentou a reiterada ausência do Vice-presidente e do Vogal da Direção, tendo alimentado a expectativa de se despedir de ambos nesta última Assembleia Geral Ordinária do mandato. Reiterou as críticas de delegados anteriores aos dados demográficos apresentados, enfatizando os dados dos federados e da arbitragem e solicitou esclarecimentos relativos aos protocolos com as federações autonómicas de Espanha e aos benefícios para o Judo nacional.

A finalizar regozijou-se com a assunção do sucesso financeiro que são as organizações internacionais como a Taça da Europa de Cadetes, que a Direção em novembro de 2014 ponderou não organizar em 2015.

O Presidente da MAG deu então a palavra ao Dr. Martins Borrego, Presidente do Conselho de Justiça.

O Dr. Martins Borrego cumprimentou os presentes, tendo abordado alguns comportamentos relacionados com as atividades e o relatório da FPJ e pessoas ou entidades que, no seu entender, merecem um tratamento mais cuidado pelo mérito, prestígio e apoio dado à FPJ, reputando estas deficiências de tratamento como questões de ética.



## Federação Portuguesa de Judo

O Presidente Honorário, Eng.º Lopes Aleixo, pediu ao Presidente da FPJ para esclarecer a informação dada na apresentação do Relatório e Contas referente ao atraso nos pagamentos do COP à FPJ.

Na qualidade de Vice-presidente do COP informou os delegados e restantes participantes na Assembleia Geral que o COP já transferiu as verbas referentes a março para todas as federações com as quais tem contratos assinados, incluindo naturalmente a FPJ. Mais afirmou que a FPJ pedira um adiantamento da verba relativa a abril, situação excepcional que mereceu acolhimento por parte da Comissão Executiva do COP, tendo essa verba sido já disponibilizada à FPJ, desmentindo assim quaisquer atrasos nos pagamentos do COP à FPJ.

O Presidente do Conselho de Arbitragem interveio para justificar o atraso na chegada do relatório do Conselho de Arbitragem à FPJ, manifestando total disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários aos delegados.

O delegado Fausto Martins de Carvalho pediu explicações para aparentes contradições no relatório da Direção relativamente à referência a cortes no financiamento, coisa que não sucedeu em 2015, e a correção do clube na classificação de um atleta numa prova. Em relação às Contas e à Arbitragem considerou insólito o facto de não ter sido apoiada - por indisponibilidade financeira da FPJ - a participação de um Árbitro Internacional convocado para a Taça dos Campeões Europeus, que se realizou em dezembro, quando nessa altura do ano seria certamente possível anteciper o resultado líquido positivo do exercício, questionando a análise dos balancetes trimestrais. Acrescentou que sabe de outros agentes que não foram convocados na mesma ocasião a quem foram suportados todos os encargos com deslocação e estadia e pediu que houvesse uma discriminação da rubrica Fornecimento de Serviços Externos que a caracterizasse genericamente, permitindo uma melhor perceção dos delegados sobre a forma como foram utilizados os recursos.

Relativamente ao parecer do Conselho Fiscal criticou a incoerência quanto ao financiamento público e às receitas próprias, regozijando-se com o aumento do financiamento por parte de entidades públicas e assinalando a dificuldade demonstrada pela Direção na angariação de patrocínios, e registou a diferença de 178.000€ entre os valores orçamentados e a execução a nível das despesas, o que contraria a tese da gestão disciplinada dos custos.





AF

RF

## Federação Portuguesa de Judo

O delegado António André Alves felicitou a Direção pelo resultado positivo apresentado no Relatório e Contas, mas recordou a existência de um défice elevado nos anos anteriores deste mandato. Pediu depois para ser informado sobre os valores despendidos pela FPJ com as deslocações internacionais de Arbitragem, dos Veteranos e das provas de Katas. A terminar solicitou esclarecimentos sobre o facto de não constarem no Relatório da Formação os Estágios Associativos de Arbitragem, especificando nomeadamente o que se realizou no Algarve, e questionou se a Direção pondera incluir os relatórios desses estágios no Relatório e Contas da FPJ.

O delegado Rui Veloso interveio para falar sobre o projeto Desenvolvimento do Judo a longo prazo, que reputa de fantástico e acarinhado por ele próprio e pela Associação Nacional de Treinadores de Judo (ANTJ), mas que esteve na génese de algum atrito entre a ANTJ e a FPJ. Explicou em seguida e resumidamente o processo, criticando a postura e o comportamento da FPJ relativamente à ANTJ, que considerou inqualificável, responsabilizando todos os membros da Direção. Manifestou por fim a disponibilidade da ANTJ para colaborar com a FPJ, com esta ou com qualquer outra Direção, neste ou noutros projetos no futuro, e solicitou que fosse publicitado pela FPJ o calendário anual da Formação, de forma a evitar sobreposições de ações de formação das diferentes entidades que organizam esse tipo de ações, prejudicando-se mutuamente e impedindo ou dificultando a frequência dos treinadores interessados.

O delegado Fernando Costa Matos pediu a correção da lista de participantes no 1º Estágio Nacional de Arbitragem, que consta do Relatório do Conselho de Arbitragem.

O delegado Fausto Martins de Carvalho sinalizou uma falha na lista dos membros dos Órgãos Sociais, pedindo a sua correção.

Ao pedido de um delegado para que houvesse o registo nominal da votação do Relatório, o Presidente da MAG considerou ser esse um procedimento desnecessário, uma vez que a FPJ procede ao registo audiovisual das Assembleias Gerais, podendo qualquer dúvida ser esclarecida *a posteriori*.

Em resposta ao delegado André Alves sobre os custos das ações internacionais da Arbitragem, dos Katas e dos Veteranos, o Tesoureiro comprometeu-se a enviar a informação solicitada após consulta ao Técnico Oficial de Contas da FPJ. Respondendo ao delegado Fausto Martins de Carvalho, afirmou haver confusão entre fluxos de contabilidade e fluxos de tesouraria, aceitando como boa a sugestão de disponibilizar



Ad.

MLK

## Federação Portuguesa de Judo

informação adicional contextualizada sobre a rúbrica do Fornecimento de Serviços Externos.

Dada a palavra ao Presidente da Direção e em resposta aos comentários e às questões do delegado António Leal, destacou o facto de os contratos-programa com as Associações decorrerem de uma legislação de 2009 e de serem um imperativo do IPDJ para 2016, apesar da realidade do tecido associativo do Judo nacional, justificou as ausências dos membros da Direção Guilherme Bentes e Valdemiro Teixeira e a substituição do anterior tesoureiro, reafirmando que a equipa diretiva se encontra completa, e justificou a insistência na aplicação de taxas devido ao défice gerado em 2013 e 2014. Ao delegado Mário Coelho esclareceu a questão da participação no Campeonato IBSA com a eventualidade de um lapso e considerou o somatório dos participantes no Campeonato e estágio subsequente, e clarificou que as ações relativas aos países lusófonos se iniciaram efetivamente em 2015. Ao delegado Jorge Fernandes explicou que os praticantes inscritos na FPJ através da entidade FPJ se tratam dos treinadores nacionais, para que estes não tenham uma filiação clubística. Quanto à demografia federada afirmou que a que está considerada pelo IPDJ é a que foi apresentada pelas Associações com base nos seguros, mas que houve em 2015 um crescimento do número de federados e não uma regressão como consta no Relatório, não podendo ser contabilizados apenas os atletas que estão inscritos nos Clubes. Sobre a ligação a Espanha realçou a importância de haver uma parceria com este país.

Dirigindo-se ao Dr. Martins Borrego lamentou que não tivesse havido uma informação atempada da falta de referências ao Campeonato Nacional de Katas José Manuel Bastos Nunes e ao Centro Cultural Kiyoshi Kobayashi, já que a situação poderia ter sido corrigida *a priori*.

Sobre a intervenção do Eng.º Lopes Aleixo sobre o cumprimento integral e mesmo extraordinário do COP no que se refere à disponibilização de verbas à FPJ, reconheceu ter cometido um erro ao referir março, quando pretendia dizer maio, e que seria importante para a FPJ ter disponível a verba referente ao corrente mês, considerando tratarem-se de processos dinâmicos a decorrer.

Sobre a política de financiamento do novo governo, afirmou desconhecer as linhas orientadoras e que o anterior executivo preconizava a rentabilidade das ações no âmbito da formação e a auto-sustentabilidade das provas. Informou então os delegados que a



At  
Kek

## Federação Portuguesa de Judo

Direção atribuiu em 2015 um valor de 10.000€ para a Arbitragem internacional e que não foi possível cabimentar a verba para a deslocação do árbitro Nuno Carvalho à Taça dos Campeões Europeus em dezembro.

Sobre os patrocínios referiu que, relativamente à FPJ, as grandes empresas nacionais são apenas uma miragem e regozijou-se com o aumento de 20% do patrocínio dos Jogos Santa Casa.

Quanto aos Katas e aos Veteranos, não houve qualquer apoio a estes setores em 2015, considerando natural a retificação do relatório da Formação com a integração das ações associativas.

Ao delegado Rui Veloso informou que a Direção entendeu não ser adequado esperar até depois das eleições em outubro, tratando-se de um assunto tão relevante. Quanto à coincidência de ações alegou ser muito difícil evitar a colisão de iniciativas, uma vez que há ações associativas, zonais, nacionais e internacionais, terminando a sua intervenção a confirmar que será realizada a correção solicitada pelo delegado Fernando Costa Matos, tendo também o Presidente do Conselho de Arbitragem reconhecido o lapso indicado e manifestado a intenção de corrigi-lo.

O Presidente da MAG abriu uma segunda ronda de intervenções dos delegados.

O delegado António Leal fez questão de distinguir o discurso do Presidente das evidências reais, referindo-se ao desmentido do COP relativamente às verbas disponibilizadas à FPJ e em concreto ao Estágio Ibérico de Katas e à parceria com a Real Federação Espanhola e com a Federação Autónomica da Estremadura, que não mereceu mais do que um apoio moral, uma vez que, apesar do resultado líquido positivo do exercício, não houve qualquer apoio financeiro ou outro. Sobre a inflexibilidade do IPDJ no que concerne aos contratos-programa, incentivou os dirigentes associativos a não se atemorizarem com outro espectro que possa ser agitado de não assinatura de contratos entre o IPDJ e a FPJ. Criticou ainda a falta de coragem para assunção da deslocação do árbitro Nuno Carvalho à Taça dos Campeões Europeus e a falta de trabalho político, como foi feito no passado, para se conseguir a presença de um árbitro português nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, ressaltando a satisfação pela presença do Presidente Honorário da FPJ na Assembleia Geral, o que permitiu desmontar mais uma afirmação falsa.



Ad.

kkk

## Federação Portuguesa de Judo

O delegado Carlos Ramos criticou o que classificou como injúria o comunicado da Direção contra a ANTJ, considerando correta e salutar a posição de discordância da Direção assumida agora na Assembleia Geral, e rejeitou em absoluto qualquer sugestão de que a ANTJ teria afirmado que a Direção da FPJ estaria em campanha eleitoral.

O delegado Jorge Fernandes criticou a falta de respeito da Direção pelo calendário associativo e zonal aprovado pela Assembleia Geral e pelos intervenientes nas diferentes ações do Judo nacional, nomeadamente atletas, árbitros, treinadores e dirigentes.

Comparou depois a forma como foi tratado o pedido do árbitro Nuno Carvalho para a deslocação à Taça dos Campeões Europeus e a deslocação do Professor Doutor Luís Monteiro ao Campeonato da Europa, onde venceu o primeiro prémio de investigação da União Europeia de Judo, felicitando a Direção por este ano ter decidido suportar a deslocação do Professor Doutor Luís Monteiro, de modo a que pudesse receber pessoalmente o prémio na Gala da União Europeia de Judo. Aproveitou ainda a oportunidade para apresentar a proposta de um voto de louvor ao Professor Doutor Luís Monteiro e ao Mestre Marco Batista pelos prémios conquistados em 2016.

Quanto ao Campeonato Nacional de Katas José Manuel Bastos Nunes, reiterou as críticas do Dr. Martins Borrego, centrando-se na ausência de dirigentes federativos no evento, apesar da presença do Presidente e Vice-presidente da Câmara Municipal de Faro. Lamentou ainda a realização de um Estágio Nacional de Katas em Coimbra, com a participação de um Diretor de Katas da União Europeia de Judo, divulgado pela FPJ à margem da Associação Distrital de Judo de Coimbra (ADJC), praticamente sem a presença de dirigentes da FPJ.

Questionou a Direção sobre a razão para a Associação de Árbitros de Judo de Portugal não ter sido convidada a fazer parte da discussão do projeto Desenvolvimento do Judo a longo prazo, à semelhança da ANTJ e das Associações distritais e declarou que a ADJC nunca boicotou nem irá boicotar qualquer ação como afirmado no comunicado da Direção, considerando ter havido sim um auto-boicote por parte da Direção, que sobrepôs ações sobre ações, tendo tido a necessidade de cancelar ou adiar algumas delas, e criticou os contactos diretos da FPJ com diversos agentes do Judo de Coimbra, ignorando a ADJC e o seu papel a nível distrital.



CF

## Federação Portuguesa de Judo

O delegado Rui Veloso contextualizou novamente o projeto Desenvolvimento do Judo a longo prazo, insurgindo-se contra as afirmações que considera injuriosas do comunicado da Direção. Terminou a sua intervenção, referindo-se ao Congresso Internacional de Artes Marciais, que se realiza em Rio Maior, organizado pela Escola Superior de Rio Maior, informando que a ANTJ colaborará ativamente e observou que não houve ainda uma resposta da FPJ ao responsável pela organização, Dr. António Brito, apesar de diversos contactos nesse sentido.

REV

O delegado Fausto Martins de Carvalho rejeitou qualquer confusão da sua parte com conceitos técnicos, como terá insinuado o Tesoureiro, e entendeu que o próprio Presidente da Direção lhe deu razão nas afirmações produzidas relativas ao apoio aos Katas em 2016 por força do saldo líquido positivo em 2015.

Instou depois a Direção a informar em que ações foram despendidas verbas no valor de 15.000€ no âmbito da Formação, uma vez que não houve quaisquer subsídios nos Cursos de Treinadores de Coimbra, Leiria e Santarém.

Por fim referiu-se a diversas circunstâncias relativas à realização do Campeonato Nacional de Katas e do Estágio Nacional de Katas, mostrando-se incrédulo quanto à discriminação objetiva de Clubes, Treinadores e Atletas face à disponibilização seletiva de informação por parte da FPJ aos agentes do Judo e quanto à divulgação por parte da FPJ de um Torneio de Katas para Cadetes e Juniores pelo clube que boicotou as ações acima referidas realizadas no Algarve. Manifestou-se contra as novas ameaças de procedimentos disciplinares a agentes do Judo por parte da Direção, relativas a uma ação na zona norte, e contra o prémio simbólico ao clube privilegiado, que boicotou as ações de Katas da própria FPJ.

O Secretário da MAG pediu a inclusão no relatório do Alto Rendimento do resultado desportivo que considera mais relevante em 2015 e que se encontra omissa no Relatório, ou seja, a medalha de ouro da atleta Telma Monteiro nos I Jogos Europeus, realizados em Baku, num evento suportado pelo COP.

Antes da votação do Relatório e Contas, o Presidente comentou que o debate nesta segunda ronda não se centrou propriamente sobre o Relatório e Contas, referindo que aguardará as determinações do IPDJ referentes aos contratos-programa, rejeitando as afirmações sobre ausência de trabalho político para que houvesse um árbitro português nos Jogos Olímpicos, refutando qualquer injúria no comunicado da Direção sobre a



172

## Federação Portuguesa de Judo

172

colaboração no projeto Desenvolvimento do Judo a longo prazo e lembrando que foi a Direção que propôs o voto de louvor ao Professor Doutor Luís Monteiro na Assembleia Geral. Quanto ao Campeonato Nacional de Katas para Cadetes e Juniores, encetou uma explicação sobre as circunstâncias que envolveram essa competição e a posterior divulgação de um Torneio de Katas para Cadetes e Juniores de um clube.

O Presidente da MAG colocou então à votação o Relatório e Contas do Exercício de 2015, tendo sido aprovado com dezasseis votos a favor, quatro abstenções e oito votos contra.

Dada a urgência do envio da ata para o IPDJ, o Secretário-geral pediu que o Presidente da MAG solicitasse autorização à Assembleia Geral para aprovação da ata em minuta. Pedida a autorização à Assembleia Geral pelo Presidente da MAG, nenhum delegado manifestou oposição ao solicitado.

O Presidente da MAG leu então a proposta de voto de louvor efetuada pelo delegado Jorge Fernandes e colocou-a à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Antes de dar por encerrada a Assembleia, o Presidente da MAG deu a palavra aos delegados que quisessem intervir sobre outros assuntos.

O delegado Fausto Martins de Carvalho fez questão de se despedir dos delegados e de partilhar a honra de ter sido escolhido para a Comissão de Revisão dos Estatutos da FPJ, chamando atenção para a necessidade e urgência de serem resolvidas todas as situações alvitradas de incorreção dos Cadernos Eleitorais.

O delegado André Alves reiterou a preocupação do delegado Fausto Martins de Carvalho relativa às omissões nos Cadernos Eleitorais e agradeceu a participação na Assembleia Geral e na Comissão de Revisão dos Estatutos da FPJ, pedindo esclarecimentos sobre o andamento do processo dos Cadernos Eleitorais, uma vez que recorreu da primeira versão dos Cadernos Eleitorais, mas ainda não obteve resposta da Direção e recordando que levantou uma questão preliminar na presente Assembleia.

O Presidente da MAG respondeu não ter havido ainda qualquer comunicação para a MAG e que aguarda que a Direção tome as suas decisões com tranquilidade. Despediu-se então dos delegados numa Assembleia Geral com este carácter (Assembleia Geral Ordinária), comunicando o gosto com que presidiu à Mesa da Assembleia Geral e agradecendo a colaboração de todos nesta missão.



## Federação Portuguesa de Judo

O Presidente da Direção aproveitou a oportunidade para agradecer a todos a colaboração no seu mandato, salientando a importância do Associativismo, a alegria e os momentos difíceis, a colaboração institucional do Presidente da MAG, agradecendo ainda aos colegas da Direção, do Conselho Fiscal e de Disciplina.

O Presidente da MAG comunicou que vai marcar a Assembleia Geral Eleitoral para eleição dos delegados no dia 17 de julho, sendo que a convocatória será enviada no dia 16 de maio.

Deu então por terminada a Assembleia Geral Ordinária, da qual se lavrou a presente ata, que representa fielmente o que se passou.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

---

Carlos Alberto Correia Andrade

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

---

Paulo Newton Pacheco de Canto e Castro

O Secretário da Mesa da Assembleia-Geral

---

Filipe Duque Vieira e Carmo Ferreira

### Proposta

“Voto de Louvor aos Senhores Professores Luís Monteiro e Marco Batista pelo 1º lugar e 3º lugar, respetivamente, no Campeonato da Europa de Seniores, pela apresentação de trabalhos de investigação.

14.05.2016

Jorge Fernandes”